



PLATAFORMA TERRITORIAL SUPRA CONCELHIA
DE ALENTEJO LITORAL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2007/2009

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO
2. COMPETÊNCIAS DA PSC
3. PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES
4. MATÉRIAS ABORDADAS
5. RESULTADOS
6. PERSPECTIVAS FUTURAS

1. Introdução

A Plataforma Territorial Supra-concelhia de Alentejo Litoral foi constituída a 11 de Janeiro de 2007, com 24 entidades, de acordo com os pressupostos enunciados no Decreto – Lei nº 115/2006 de 14 de Junho, diploma regulamentar do Programa da Rede Social.

As Plataformas Territoriais Supra-concelhias, de acordo com o art. 32º do decreto em referência, têm por finalidade o debate e análise dos problemas sociais; a articulação dos instrumentos de planeamento locais com os planos, medidas e acções de âmbito nacional; a promoção de um planeamento concertado supra-concelhio e melhor organização da intervenção, das respostas e dos equipamentos sociais, a partir da rentabilização dos recursos do conjunto dos territórios envolvidos.

Durante os três anos da sua vigência, esta Plataforma teve um desenvolvimento significativo das suas competências, ajustando os conteúdos funcionais às necessidades do território e revendo a adesão de algumas das suas entidades constituintes, em função da não participação efectiva destas e do interesse de adesão de outras, no que respeita à prossecução dos objectivos em presença.

O presente documento tem como objectivo uma análise retrospectiva da actividade desta Plataforma, enunciando a caracterização dos níveis de participação das entidades suas constituintes, as matérias abordadas, os principais resultados e quais as perspectivas de trabalho futuro, considerando o ano de 2010 como o Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, conforme decisão do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia de 22 de Outubro de 2008 e a Resolução do Conselho de Ministros nacional n.º 56/2009 de 9 de Junho.

O Despacho n.º 23757/2009 do Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social, apresenta o Programa Nacional deste Ano Europeu, estruturando-o em quatro eixos estratégicos:

- Eixo 1 – Contribuir para a redução da pobreza e prevenir riscos de exclusão;
- Eixo 2 – Contribuir para a compreensão e visibilidade do fenómeno da pobreza e seu carácter multidimensional;
- Eixo 3 – Responsabilizar e mobilizar o conjunto da sociedade no esforço da erradicação das situações de pobreza e exclusão;

Eixo 4 – assumir a pobreza como um problema de todos os países “eliminando fronteiras”.

Foi seleccionado o Eixo 3 para efeitos de financiamento da sociedade civil, tendo sido regulamentadas as regras específicas de co-financiamento público, de candidaturas apoiadas no âmbito do Programa Nacional do Ano Europeu, designado por PNAEC PES no mesmo despacho.

2. Competências das Plataformas Territoriais Supra-concelhias

As competências das PSC enunciadas no ponto 3 do art. 32º do Decreto – Lei 115/2006 de 14 de Junho, que têm vindo a orientar a actividade da Plataforma, são as seguintes:

- Debater estratégias para a concretização do PNAI naquele território
- Garantir a harmonização e articulação das iniciativas desenvolvidas pelas diferentes parcerias de âmbito concelhio, que actuam no plano social
- Promover reuniões temáticas sectoriais para aprofundar o conhecimento e análise dos problemas sociais do território, tendo em conta a dimensão de género
- Analisar e promover a resolução ou o encaminhamento para o nível nacional dos problemas que lhe forem apresentados pelos diferentes CLAS, concretizando o princípio da subsidiariedade
- Promover a circulação de informação pertinente pelas entidades que compõem os CLAS.

3. A participação das entidades constituintes na PSC de Alentejo Litoral

A Plataforma Supra-concelhia do Alentejo Litoral foi constituída em 11 de Janeiro de 2007, com 24 entidades, e detém actualmente 29 representantes, conforme mapa em anexo ao presente Relatório.

Ao longo destes três anos, foram integradas nesta PSC, com deliberação por unanimidade em 11 de Abril de 2008:

- REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal / Núcleo distrital de Setúbal,
- Fundação Frédéric Velge
- Fundação Herdade da Comporta
- Associação de Desenvolvimento do Torrão
- TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, CRL
- ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano.

No início de 2010 será actualizada a composição desta Plataforma, considerando, a ausência reiterada de algumas entidades, a alteração dos elementos representantes, a reestruturação de serviços e a proposta de novas adesões em curso.

Apresenta-se em seguida um quadro com o tipo de participação das entidades nas reuniões da PSCAL ao longo dos três anos, alertando-se para o facto de existir um n.º considerável de participações por substitutos dos representantes oficiais, sem delegação de voto, condicionando frequentemente o desenvolvimento dos trabalhos.

ENTIDADES DA PSC POR TIPO DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES AO LONGO DOS 3 ANOS

1/2

ENTIDADES	2007				2008					2009	
	11/01	03/04	06/07	23/11	15/02	11/04	06/06	31/10	28/11	26/06	20/11
ISS, IP - Centro Distrital Setúbal	PR	PR	PR	SV	PR						
ISS, IP - Centro Distrital Beja	PR	PR	PR	SV	SV	PR	PR	PR	PR	PR	PR
Governo Civil de Beja	A	A	PR	A	SV	PR	A	A	PR	A	PR
Governo Civil de Setúbal	PR	A	PR	A							
União Distrital das IPSS	PR	PR	A	A	PR	PR	PR	PR	A	A	A
União das Misericórdias	A	A	PR	A	A	PR	A	A	SV	PR	A
União das Mutualidades	PR	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
CLAS de Alcácer do Sal	PR	PR	PR	PR	PR	SV	PR	PR	PR	PR	PR
CLAS de Grândola	PR	PR	PR	SV	PR						
CLAS de Santiago do Cacém	PR	A	PR	SV	A	PR	PR	SV	SV	PR	SV
CLAS de Sines	PR	A	PR	PR	SV	PR	PR	PR	PR	A	A
CLAS de Odemira	PR	A	A	A	A	PR	A	A	PR	A	PR
DREAlentejo	PR	A	PR	SV							
IEFP	PR	PR	PR	A	A	PR	PR	PR	PR	A	A
Administração do Porto de Sines	PR	PR	SV	A	PR	PR	SV	SV	PR	SV	PR
ARS Alentejo	A	A	A	A	A	A	PR	PR	A	A	A
Hospital do Litoral Alentejano	PR	SV	PR	PR	PR	A	SV	SV	A	SV	SV

Legenda tipos de participação:

PR – Participação Representante
 SV – Substituto sem delegação de voto
 A - Ausência

ENTIDADES	2007				2008					2009	
	11/01	03/04	06/07	23/11	15/02	11/04	06/06	31/10	28/11	26/06	20/11
Centro Hospitalar Baixo Alentejo	PR	A	A	PR	PR	A	PR	A	PR	A	A
IPJ - DRSetubal	PR	PR	A	Adesão cessada. A entidade passou a ser representada pela DR IPJ Évora							
IPJ - DRÉvora	PR	PR	A	SV	A	A	A	PR	A	A	A
AERSET	A	SV	PR	A	A	SV	SV	SV	A	A	A
CCDR Alentejo	PR	PR	PR	A	A	A	A	A	A	A	A
CCDR Alentejo em Beja	PR	A	A	A	A	A	A	A	A	A	A
U. Geral Trabalhadores SINDEP	A	PR	A	PR	A	PR	A	A	A	A	A
REAPN-Núcleo Distrital Setúbal	Aprovada a adesão a 11/04/2008						PR	PR	PR	PR	A
Fundação Frédéric Velge	Aprovada a adesão a 11/04/2008						A	A	A	A	SV
Fundação Herdade Comporta	Aprovada a adesão a 11/04/2008						A	A	A	A	A
ADT – Ass. Des. Torrão	Aprovada a adesão a 11/04/2008						PR	PR	PR	PR	PR
ADL – A D Litoral Alentejano	Aprovada a adesão a 11/04/2008						PR	PR	A	A	PR
TAIPA –Org. Coop. Des. Int. Odemira	Aprovada a adesão a 11/04/2008						PR	A	A	A	PR

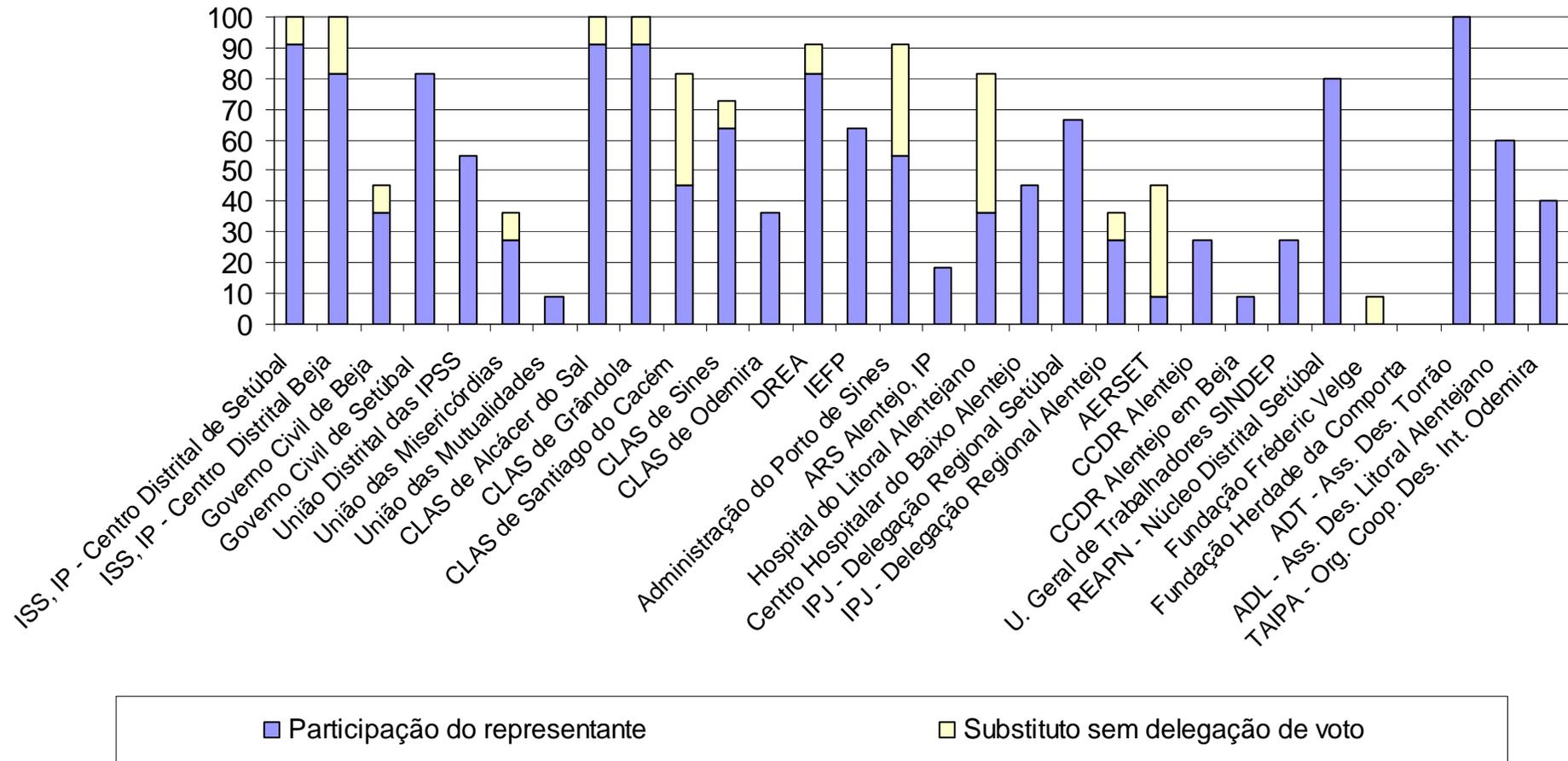
Legenda tipos de participação:

PR – Participação Representante

SV – Substituto sem delegação de voto

A - Ausência

**Tipo de Participação das Entidades nas Reuniões PSCAL
(2007 a 2009)**



4. Matérias abordadas

Desde a sua constituição, a Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral realizou onze reuniões, as quais tiveram lugar em diversos locais, disponibilizados pelas respectivas entidades constituintes, nomeadamente CLAS de Grândola, CLAS de Alcácer do Sal, CLAS de Santiago de Cacém, CLAS de Sines, CLAS de Odemira, ISS,IP/Centro Distrital de Setúbal e Administração do Porto de Sines.

Apresentam-se as matérias de forma sucinta, sobre as quais as entidades se debruçaram e deliberaram ao longo das onze sessões de trabalho.

1ª Reunião – 11 de Janeiro de 2007

- Constituição da Plataforma;
- Apresentação das Plataformas Territoriais (conceito, finalidade, âmbito, princípios, objectivos, competências e articulação entre PNAI e Rede Social)
- Aprovação do Regulamento

2ª Reunião – 3 de Abril de 2007

- Informações - Enquadramento e apresentação do Plano Nacional de Acção do Ano Europeu de Igualdade de Oportunidades para Todos; Apresentação do Programa "Escola Alerta";
- Apresentação de instrumento de trabalho para recolha de contributos para o Plano de Acção.

3ª Reunião – 6 de Junho de 2007

- Informações diversas;
- Análise e aprovação do Plano de Acção para 2007 /2008;
- Constituição de dois grupos de trabalho para a apresentação das prioridades dos PDS e Planos de Acção dos CLAS e para definição de prioridades de âmbito supraconcelhio e de indicadores que devem ser monitorizados

Grupos de Trabalho:

- CLAS de Santiago, Sines, CLAS Odemira, Administração do Porto de Sines, Hospital do Litoral Alentejano, União Distrital das Misericórdias, AERSET, IEFP, DREA, Governo Civil de Setúbal, Governo Civil de Beja e Segurança Social;
- CLAS de Alcácer do Sal, CLAS de Grândola, Administração do Porto de Sines, Hospital do Litoral Alentejano, AERSET, IEFP, DREA, Governo Civil de Setúbal e Segurança Social

4ª Reunião – 23 de Novembro de 2007

- Informações diversas;
- Apresentação do trabalho realizado pelos grupos de trabalho, o qual deverá ser aprofundado, definindo-se, nomeadamente, prioridades e metas supraconcelhias e indicadores a serem monitorizados.

5ª Reunião – 15 Fevereiro de 2008

- Informações;
- Apresentação do resultado do trabalho realizado pelos grupos de trabalho relativo às prioridades dos PDS e Planos de Acção dos CLAS, com vista à definição de prioridades de âmbito supraconcelhio e de indicadores que devem ser monitorizados;
- Balanço do trabalho realizado em 2007 e planificação do trabalho da Plataforma para 2008

6ª Reunião – 11 de Abril de 2008

- Informações;
- Apresentação do resultado do trabalho realizado pelos grupos de trabalho relativo às prioridades dos PDS e Planos de Acção dos CLAS, com vista à definição de prioridades de âmbito supraconcelhio e de indicadores que devem ser monitorizados;
- Votação da proposta de integração de novas entidades na Plataforma (REAPN, Associações de Desenvolvimento Local e Fundações) e saída das que nunca participaram;
- Balanço do trabalho realizado em 2007 e planificação do trabalho da Plataforma para 2008.

7ª Reunião – 6 de Junho de 2008

- Informações;
- Apresentação do Contrato Local de Desenvolvimento Social de Alcácer do Sal;
- Apresentação das prioridades da Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral

8ª Reunião – 31 de Outubro de 2008

- Informações;
- Divulgação dos Serviços de Informação e de Mediação - SIM-PD;
- Articulação das prioridades da Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral e PNAI

9ª Reunião – 28 de Novembro de 2008

- Informações;
- Proposta de PDS para a Plataforma e instrumentos de monitorização

10ª Reunião – 26 de Junho de 2009

- Apreciação e aprovação do PDS da PSCAL
- Informações

11ª Reunião – 20 de Novembro de 2009

- Aprovação PDS 2008/2010
- Análise e aprovação da proposta de alteração ao Regulamento Interno
- PRODER: legislação e orientações para a elaboração de pareceres pelos CLAS
- Eleição do Júri para as candidaturas ao PNAECPES
- Linhas estratégicas para 2010
- Informações.

5. Resultados

No decorrer do período em análise, poderemos equacionar como resultados alcançados, os seguintes:

- Boa adesão à Plataforma por parte da grande maioria das entidades convidadas e que se traduz, também, numa representação diversificada e reconhecimento, por parte das mesmas, da sua importância;
- Regulamento Interno da PSC aprovado;
- Partilha de informação por parte das entidades e conhecimento de medidas, acções e planos de âmbito nacional dos diferentes sectores/ministérios;
- Conhecimento por parte das entidades que integram a PSC dos instrumentos de planeamento estratégico produzidos nos CLAS:
- Identificação e sistematização por parte de cada sector das medidas na área social (programas combate à pobreza e exclusão social) que se enquadram na lógica integrada de actuação da Plataforma;
- Conhecimento do resultado do trabalho realizado pelos grupos de trabalho relativo às prioridades dos PDS e Planos de Acção dos CLAS, com vista à definição de prioridades de âmbito supraconcelhio e de indicadores que devem ser monitorizados;
- Proposta de Elaboração da Carta Social Supraconcelhia, através da Georeferenciação, utilizando o SIG – Sistema de Informação, que seria um instrumento de apoio no estabelecimento de critérios de decisão e disponibilização do SIG, que o município de Alcácer do Sal possui, bem como o apoio de recursos humanos da AMLA e REGI;
- Conhecimento dos Serviços de Informação e de Mediação - SIM-PD;
- Elaboração conjunta do Plano de Desenvolvimento Social da PSC de Alentejo Litoral, o qual:
 - Integra nas prioridades do PNAI, as medidas com carácter estruturante das várias áreas
 - Define metas, para potenciar o exercício de planeamento integrado aos vários níveis
 - Orienta a actuação dos CLAS em áreas específicas

- Possibilita harmonização metodológica da intervenção dos CLAS nos territórios.

6. Perspectivas Futuras

Para a prossecução dos objectivos das PSC, propõe-se como objectivos para 2010:

- Reforçar a representação institucional, através da actualização das entidades constituintes da Plataforma e convite a outras consideradas de interesse à prossecução dos seus objectivos;
- Comemorar o AECPEs através de acções específicas e do acompanhamento dos projectos aprovados no âmbito do PNAECPEs
- Promover a harmonização das estruturas dos instrumentos de planeamento dos CLAS, a consolidação dos seus níveis de representação e a participação das entidades nas várias estruturas operativas e deliberatória dos CLAS
- Potenciar a dimensão territorial alargada através da integração dos PDS das PSC nos instrumentos estratégicos das áreas geográficas respectivas e os PDS dos CLAS nos instrumentos estratégicos concelhios como o PDM e outros
- Identificar boas práticas no território através da aplicação de uma grelha de enunciação de resultados /impactos.